

PRÁTICAS ORGANIZATIVAS DE UMA ORGANIZAÇÃO – CIDADE DESLOCADA COMPULSORIAMENTE: O CASO DE JAGUARIBARA/CE

Luiza Eluina Moreira¹

Fabio Freitas Schilling Marquesan²

RESUMO

Para além do asfalto das ruas e do concreto das edificações, o espaço urbano é, também, e, talvez, principalmente, constituído pelas inter-relações das vivências dos mais diversos atores sociais. A partir desse entendimento, buscamos compreender como se dá a dinâmica de uma cidade do interior do Ceará cuja população foi deslocada compulsoriamente para um espaço planejado devido à construção de uma barragem. Nesse processo de deslocamento e adaptação a uma nova condição em que as dinâmicas sociais são profundamente alteradas, os moradores da antiga cidade se apropriam, física e simbolicamente, e não sem problemas, da nova cidade. A velha e a nova Jaguaribara/CE se confundem e se misturam nas falas dos entrevistados e na própria vida dos sujeitos, apesar de suas diferenças em termos de concepções e vivências do espaço. As consequências desse processo inacabado continuam sendo sentidas por muitos. Entre os achados da pesquisa, mereceram destaque a perda de hábitos e costumes, a perda da história e dos vínculos, das raízes culturais e sociais; o desemprego e a ociosidade.

Palavras-chave: cidades; dinâmicas espaciais; organização-cidade; deslocamento; barragem.

PRÁCTICAS ORGANIZATIVAS DE UNA ORGANIZACIÓN-CIUDAD DESPLAZADA OBLIGATORIAMENTE: EL CASO DE JAGUARIBARA/CE

RESUMEN

Además del asfalto de las calles y del concreto de las edificaciones, el espacio urbano es, también, y, quizás, principalmente, constituido por las interrelaciones de las vivencias de los más diversos actores sociales. A partir de ese entendimiento, buscamos comprender cómo se da la dinámica

¹ Mestre do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da Universidade de Fortaleza (PPGA/UNIFOR) .

² Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da Universidade de Fortaleza (PPGA/UNIFOR) .

de una ciudad del interior de Ceará cuya población fue desplazada obligatoriamente a un espacio planeado debido a la construcción de una represa. En ese proceso de desplazamiento y adaptación a una nueva condición en que las dinámicas sociales son profundamente alteradas, los habitantes de la antigua ciudad se apropian física y simbólicamente, y no sin problemas, de la nueva ciudad. La vieja y la nueva Jaguaribara/CE se confunden y se mezclan en las palabras de los entrevistados y en la propia vida de los sujetos, a pesar de sus diferencias en términos de concepciones y vivencias del espacio. Las consecuencias de este proceso inacabado siguen siendo sentidas por muchos. Entre los hallazgos de la investigación, merecen destacar la pérdida de hábitos y costumbres, la pérdida de la historia y de los vínculos, de las raíces culturales y sociales; el desempleo y la ociosidad.

Palabras clave: ciudades; dinámicas espaciales; ciudad-organización; desplazamiento; represa.

ORGANIZATIONAL PRACTICES OF A COMPULSORILY DISPLACED ORGANIZATION-CITY: THE CASE OF JAGUARIBARA/CE

ABSTRACT

For beyond the asphalt of the streets and the concrete of buildings, the urban space is also, and perhaps mainly, constituted by the interrelationships of the experiences of the most diverse social actors. Based on this understanding, we seek to understand how the dynamics of a city in the state of Ceará, whose population was compulsorily displaced to a planned space due to the construction of a dam, is given. In this process of displacement and adaptation to a new condition in which social dynamics are profoundly altered, the inhabitants of the old city appropriated, physically and symbolically, and without no problems, the new city. The old and the new Jaguaribara/CE are confused and mixed in the speeches of the interviewees and in the subjects' own lives, despite their differences in terms of conceptions and experiences of space. The consequences of this unfinished process continue to be felt by many. Among the findings of the research, were worth mentioning the loss of habits and customs, loss of history and links, and cultural and social roots; unemployment and idleness.

Keywords: cities; spatial dynamics; organization-city; displacement; dam.

INTRODUÇÃO:

Este trabalho problematiza a questão das cidades, das pessoas que as habitam e as dinâmicas que envolvem a interação dessas pessoas com aquilo que as rodeia nesses espaços. A vinculação entre esses temas tem despertado o interesse de pesquisadores no campo dos

Estudos Organizacionais (EOs) no Brasil pela oportunidade de reflexão que se abre a respeito das dinâmicas espaciais. É nesse quadro que pesquisas sobre as cidades vêm ganhando força e espaço, a exemplo dos trabalhos de autores como Saraiva e Carrieri (2012), Mendes e Cavedon (2012), Coimbra e Saraiva (2013), Ipiranga (2010), Fantinel e Cavedon (2010) e Carrieri et al. (2008). Além disso, há autores que têm compreendido a própria cidade como uma organização, o que permite “um olhar organizacional para a dinâmica urbana, abrindo o leque de possibilidades para a observação da vida social organizada” (SARAIVA; CARRIERI, 2012, p.548).

As cidades são muito mais que conglomerados de asfalto, pedras e concreto. São “conjuntos múltiplos de ações coletivas, plenas de significados, construtoras de identidades e identificações. São mais que conjuntos arquitetônicos, vias urbanas ou pessoas em movimento; as cidades, assim percebidas, também são constituídas de muitas unidades organizativas” (FISCHER, 1997, p. 75). Isso implica que a cidade é movimento, algo vívido, e dada a perspectiva de Mac-Allister, segundo a qual a cidade é uma “organização no sentido mais amplo do termo e do conceito, inclusive como uma organização social e espacial” (MAC-ALLISTER, 2001, p. 140), vem à tona a noção de dinâmica intrínseca à toda e qualquer organização, inclusive a chamada organização-cidade.

A cidade, por ser espaço de interação e hibridismo com os que nela habitam (BRETAS; SARAIVA 2013), torna-se um objeto interessante de análise organizacional. Ao compreender que nas cidades existem determinadas variáveis não gerenciáveis, por assim dizer, é necessário ir além dos aspectos meramente formais e estruturais, devendo ser considerados também, e, talvez, principalmente, seus aspectos simbólicos. Como espaço físico e social, a cidade exhibe cenários repletos de simbolismos e significados. Esse fenômeno acontece de tal forma que são os sujeitos que atribuem significados e representações aos diferentes usos de determinados espaços, indo muito além da materialidade.

Neste trabalho, o lócus da pesquisa é a cidade de Jaguaribara/CE, que apresenta uma condição singular devido ao deslocamento compulsório sofrido por sua população, considerando a concomitância de diversos fenômenos sociais complexos que nela

ocorre(r)am, como a chegada à nova terra e a reconstrução do novo espaço. A cidade foi deslocada compulsoriamente para dar lugar à construção da barragem do açude do Castanhão e foi a primeira cidade planejada do Ceará que sofreu um deslocamento compulsório. Nesse quadro, a cidade inteira foi submersa e toda a população reassentada em um novo local; uma nova cidade, um novo espaço especialmente construído para abrigar os moradores deslocados.

Partindo dos pressupostos segundo os quais o espaço é uma construção social e mudanças organizacionais em um dado espaço implicam, necessariamente, a produção de um espaço novo, torna-se plausível compreender como se (re)configura a prática organizacional de uma organização-cidade que sofreu um deslocamento compulsório, sendo esse, portanto, o objetivo deste trabalho. O que procuramos destacar aqui é a problemática local que envolve a produção do espaço e as práticas organizativas da cidade. Para tanto, utilizamos a proposta da cidade e suas sete práticas organizativas expostas por Viegas e Saraiva (2015). Segundo os autores, conceber a cidade e suas práticas organizativas possibilita atestar o agir e pensar sobre a cidade a partir da lente dos diversos agentes sociais e na utilização dos diversos recursos da urbe.

Nesse sentido, “a cidade é mais do que um aglomerado de pessoas sobre um dado espaço geográfico; tem uma dinâmica processual coletiva alimentada continuamente por componentes individuais e culturais que implicam a construção de uma identidade local” (SARAIVA; CARRIERI, 2012, p. 552). A cidade a qual interessa refletir responde por um “sistema multidimensional de atores articulados pelo cotidiano vivendo em tempos e espaços comuns” (FISCHER, 1997, p. 75). Do exposto, abre-se a lacuna para ampliarmos os estudos sobre a questão das organizações-cidade e dos espaços, principalmente pelo caráter simbólico da questão. Em uma organização-cidade, os indivíduos e seus grupos sociais interagem, constituindo dinâmicas no espaço onde habitam. No caso em questão, essas dinâmicas desvelam a percepção dos moradores sobre o deslocamento compulsório, evidenciando os aspectos simbólicos vividos no processo e, conseqüentemente, as dinâmicas espaciais alteradas com a mudança ocorrida.

Logo, tal discussão mostra-se pertinente e justificada na medida em que é possível ampliar a abordagem das cidades no campo dos EOs (MAC-ALLISTER, 2004, p.171). De uma maneira cada vez mais proveitosa as cidades vêm se apresentando nesse campo, contribuindo para firmar e solidificar a produção acadêmica sobre o espaço urbano. É nesse sentido que Misoczky, Flores e Böhm (2008) recomendam que os EOs sejam remetidos a novas possibilidades, tanto dentro de campos que adotem uma abordagem processual do organizar quanto de outras áreas disciplinares.

Nas linhas que seguem, estruturamos a argumentação a partir do que entendemos ser os apontamentos teóricos básicos sobre a ideia de organização-cidade e as práticas organizativas de uma cidade. Essa fundamentação, organizada nas próximas duas seções, dá o suporte necessário para a compreensão de uma história particular da cidade de Jaguaribara/CE, que contextualiza a maneira como ocorreu o processo de deslocamento compulsório. Em seguida, descrevemos o método empregado, principalmente no que diz respeito à etapa empírica da pesquisa. Essa etapa precede a análise dos dados e as discussões, sendo por fim tecidas as conclusões do trabalho.

A CIDADE COMO ORGANIZAÇÃO

As cidades são um fenômeno cultural por presumirem a construção de significados e fenômenos que implicam a atribuição de valores para aquilo que se convencionou chamar de “urbano” (COIMBRA; SARAIVA, 2013). A cidade é plural no que diz respeito às suas relações bem como às mais diferentes e diversas manifestações que nela se desenrolam. Essa discussão pode perpassar muitos caminhos e se ater a discursos que se complementam ou mesmo se opõem. As perspectivas podem ser as mais distintas, mas aqui buscamos tratar da cidade como objeto de estudo singular no campo dos EOs.

A palavra cidade remete, sem reflexões mais apuradas, ao entendimento de um espaço composto por “[...] um amontoado de prédios, avenidas e veículos, jardins e detritos, pontes, escadarias e pessoas em movimento” (FISCHER, 1996a, p. 13). Todavia, refletindo além da

estrutura física da cidade, se colocam as intervenções sociais no espaço urbano induzidas pelo caráter simbólico, fazendo com que a cidade possa ser vislumbrada para além de seus limites geográficos, prédios, avenidas, bairros e leis, transformando a cidade no que seus habitantes acreditam, vivenciam e (re)criam (COIMBRA; SARAIVA 2013).

Se a organização responde pela interação entre pessoas, artefatos e natureza, por uma construção de tijolos, argamassa, trabalho humano, projeto arquitetônico, expressão estética e outros elementos que são construídos e desconstruídos, negociados e elaborados etc., então a cidade é símbolo de um fluxo em transformação, pode ser uma metáfora para a organização, de indiscutível e desafiadora complexidade. Cidades e organizações têm os mesmos traços distintos de complexidade, diversidade, singularidade, pluralidade e contradição (FISCHER, 1997).

De acordo com Mac-Allister (2004, p. 175), a organização-cidade poderia ser definida como uma

organização social no que se refere a um conjunto de organizações sociais e indivíduos não organizados que se situa no tempo e no espaço, [que] tem grandes dimensões e alta complexidade, processa coletivamente, e ainda que incorporando processos individuais e, continuamente, uma cultura, possui, como resultado desse processo, uma identidade cultural tanto relativa à totalidade da cidade quanto à gestão desta totalidade.

Isso posto, do mesmo modo que Fischer (1997), Sanchez (2001), Mac-Allister (2004), Venturini (2009), Koury (2010) e Saraiva e Carrieri (2012), também podemos perceber a cidade como uma organização. É relevante destacar que a cidade tem sido estudada de diversas maneiras nas mais diferentes áreas do conhecimento e enxergá-la enquanto uma organização é apenas uma das possibilidades de abordar o assunto.

Independentemente da abordagem utilizada, a cidade é palco de interações entre os que nela habitam. Falar da cidade enquanto objeto dos EOs pressupõe pensá-la sob conteúdo e forma interdisciplinares, levando em conta seus resultados e processos objetivos tanto quanto o cotidiano e a experiência de construção subjetiva. Muito mais que uma sujeição às

imposições globais, a complexidade local requer atenção aos aspectos singulares e plurais em cooperação entre várias áreas do saber (VIEGAS; SARAIVA 2015).

Pesquisadores como Velho (2000, 2006), Venturini (2009), Souza, (2009) e Limena (2001) destacam a relevância de se compreender o contexto urbano como um lócus da sociedade moderna e da sua dinâmica comportamental. Captar a “dinâmica social das populações, sua relação com a cidade e suas relações entre elas próprias” (VELHO, 2000, p. 16) é uma perspectiva que se encontra no centro das preocupações sociais uma vez que a organização humana em cidades alcançou os maiores patamares de organização já vistos até então. Logo, estudar a cidade e os fenômenos que a compõe torna-se uma incumbência que exige dos pesquisadores uma investigação subjetiva e atenta das diferentes dimensões manifestas da vida humana no contexto urbano (FREITAS HONORATO; SILVA SARAIVA, 2016).

Nesse sentido, procuramos resgatar essa dimensão subjetiva da cidade como organização, ressaltando a cidade como um complexo formado por diversas interações e interdependências entre sujeitos, considerando-as como racionalidades alternativas em favor dos indivíduos como atores sociais. Assim, as formas de apropriação dos espaços variam sob a influência de elementos simbólicos, funcionais ou ambientais (IPIRANGA, 2010). O espaço urbano em si passa a ser “um espaço complexo, emaranhado, um conjunto de rupturas num fundo de continuidade” expandindo fronteiras, numa incessante reconstrução de acordo com a relação afetiva estabelecida entre os cidadãos e seu modo de vida (AUGÉ, 2010, p. 87).

É com base nessas questões que envolvem todo o contexto da organização espacial de localidades que se pode identificar a lógica organizativa da cidade e, conseqüentemente, as práticas organizativas. O olhar sobre essas práticas, portanto, tem a expectativa de enriquecer a noção de construção social do espaço no tempo, de acordo com a interação dos habitantes observados.

PRÁTICAS ORGANIZATIVAS DA CIDADE

Ao ver a cidade como uma organização (FISCHER, 1997; SANCHEZ, 2001; MAC-ALLISTER, 2004; VENTURINI, 2009; KOURY, 2010; SARAIVA; CARRIERI, 2012) trazemos para compor o referencial teórico sobre organização-cidade a vertente das chamadas práticas organizativas. Captar as cidades e suas práticas organizativas possibilita articular o pensar, o agir e a prática dos indivíduos que vivenciam o cotidiano da cidade (VIEGAS, SARAIVA, 2015). Viegas e Saraiva (2015, p.75) apontam que se busca a compreensão dos “modos como as práticas de planejamento, organização, controle, representação, resistência, recuperação e ressignificação se configuram no âmbito da cidade”. Para melhor compreensão, discorreremos brevemente sobre os pontos chaves de definição e caracterização de cada uma dessas práticas.

No que diz respeito à prática organizativa “planejar”, temos que o debate envolve questões estratégicas voltadas para a gestão e políticas públicas para a mudança da realidade social e melhoria na qualidade de vida das populações (ALMEIDA, 1997). Políticas essas que direcionam o futuro da cidade (SANCHEZ, 2001) e, concretamente, definem o futuro da urbe. Algumas ferramentas são utilizadas para viabilizar a prática de planejar, como diretrizes governamentais, políticas públicas voltadas à saúde, habitação, serviços, transporte, educação etc., instrumentos normativos e a participação popular em conselhos e assembleias. Além dessas questões, existem as simbólicas para considerar, por exemplo, o passado e a história de uma dada cidade. O poder público é o protagonista da prática de planejar, ainda que os atores urbanos participem do planejamento da cidade “consciente e inconscientemente, uma vez que agem direta ou indiretamente no espaço e na dinâmica urbana” (VIEGAS, SARAIVA, 2015, P.75)

Quanto à prática organizativa “organizar”, a cidade, suas ruas, seus bairros e seus equipamentos são espaços e suportes concretos de sociabilidades e experiências (IPIRANGA, 2016). Para que interações sociais ocorram no espaço da urbe é necessária uma mínima ordem e nesse aspecto vale considerar a colocação de Magnani e Torres (1996), segundo ao quais as formas de apropriação na cidade não são aleatórias, muito menos de escolhas

individuais, mas ditadas por ordens que têm a finalidade de regular trabalho, convivência e lazer (MAGNANI; TORRES, 1996; MAGNANI, 1996; CERTEAU, 1994; IPIRANGA, 2010). Para regular essas práticas, atividades de ordenamento e estruturação são determinadas por lógicas que seguem uma orientação sejam elas de ordem econômica, urbana, social e etc. A discussão correlata à prática de organizar conecta-se pela complexidade socioeconômica com características de uma inclusão social em grande parte precária e a segregação econômica através do espaço urbano (RAICHELIS, 2006; VIEGAS, SARAIVA, 2015). Dentre as ferramentas da prática de organizar a cidade estão as políticas e diretrizes urbanas descritas nos planos de ação governamental, que pressupõem controlar o espaço da urbe almejando disciplinar e ordenar os indivíduos a se portarem conforme princípios e padrões determinados (CARRIERI et al., 2009). A prática de organizar torna a prática de planejar efetiva nas cidades.

A prática organizativa “controlar” define limites para alcançar um “ordenamento aceitável” da urbe. O controle na urbe se dá por meio de ferramentas que possibilitem regular o espaço urbano, vislumbrando ordem e disciplina para os indivíduos que nela habitam, induzindo os a se comportar seguindo determinados padrões (CARRIERI et al., 2009). Acerca dessa prática, considera-se as “relações de poder, da divisão da sociedade em classes, dos conflitos entre grupos dominantes e dominados, dos movimentos sociais, dos aspectos ilegais, informais e ilícitos, da cumplicidade, corrupção e criminalidade, do caos e da ordem, entre outros” (VIEGAS, SARAIVA, 2015, p. 75). Pesquisas como a de Teles e Hirata (2007), que trataram de aspectos ilegais, informais e ilícitos em São Paulo e de Carrieri et al. (2019), que abordaram o manejo urbano da mudança dos camelôs para shoppings populares, evidenciam as práticas de controle utilizadas pelo poder público para regular o espaço urbano.

A prática organizativa “representar” sugere produção de significado. Cada indivíduo que habita a cidade tem sua representação, o que torna possível diferentes significações para o mesmo objeto (VIEGAS, SARAIVA, 2015). Cada sujeito percebe a urbe pela sua lente e age em função do que ela representa. As representações sociais tendem a se estender a todos os âmbitos da vida social, dessa forma, espaços e cidades são tomados por representações sociais (COLARES; SARAIVA, 2016). A representação permite compreender estilos de vida,

conflitos e distinções de grupos sociais que compõem a dinâmica da organização-cidade (SANTOS, DE ALMEIDA, 2017). Alguns exemplos de ferramentas para a prática da representação foram colocados por Canclini (2002) e Barreira (2003), tais como os sistemas de comunicação e linguagem, sejam visuais, escritos ou por meio da oralidade, formas distintas de história, memória, arte, cultura, monumentos e patrimônio público, além de outros elementos cuja essência é a dimensão espaço-temporal (local, regional, global; passado, presente e futuro).

A característica da prática “resistir” na lente da cidade retrata “atividades de negação de outras práticas organizativas; oposição ao determinismo empregado pelas instituições e defesa de outras lógicas impressas por crenças e valores divergentes do que é socialmente aceito” (VIEGAS, SARAIVA, 2015, p.76). Os indivíduos negam a espetacularização da cidade e a utilização dos espaços somente por questões turísticas, de mercado e do consumo, sustentando que a utilização do espaço urbano deve ser realizada igualitariamente.

Acerca da prática organizativa “recuperar”, as discussões giram em torno de uma perspectiva histórica e de memória. Viegas e Saraiva (2015, p.76) apontam “a preservação de memórias, a prevenção de desgastes, o combate à agressão visual, a melhoria da estética e qualidade de vida, a solução de problemas urbanos, a valorização de áreas específicas, a atração de investimentos, assim como a criação de identidades urbanas, são discursos associados à recuperação cidadina” Alguns trabalhos indicam que as ferramentas de recuperação realizam-se por meio de reestruturação urbana (SANCHEZ,2001), sugerindo novos significados para os espaços da cidade, pela revitalização histórica (JAYME;NEVES, 2010) e pela gentrificação (WACQUANT, 2010).

Por fim, a prática organizativa “ressignificar” envolve a possibilidade dinâmica de interpretações e reinterpretações da urbe nas perspectivas dos que nela habitam. Conforme trabalho de Ivo (2007, p.107), esse processo “se dá na medida em que ele abriga, registra e é fonte de representação, de identidade e de relacionamento entre os atores e a cidade, e vice-versa”. A ressignificação da urbe pelos diversos agentes envolvidos pode envolver as demais práticas mencionadas, pois pressupõe “novas formas de pensar e agir sobre a cidade”

(VIEGAS, SARAIVA, 2015, p.77). Na trama das cidades e das práticas organizativas, cidades e seus atores são concebidos, pensados e comunicados, no entanto eles podem ser autores da própria história ou somente reproduzir um senso comum compartilhado pela maioria (CANCLINI, 2002; DUARTE, 2006).

Compreendemos, portanto, que a cidade é viva e aqueles e aquelas que nela habitam deveriam ser protagonistas de sua história. Saraiva e Carrieri (2012, p. 547) afirmam que “a cidade é, inescapavelmente, seu povo”. Se a cidade é seu povo, também é o que eles praticam dentro do espaço urbano. Espaço este, entendido como um espaço repleto de significado, construído com a participação humana e desenvolvido continuamente” (VIEGAS, SARAIVA, 2015), na próxima seção apresentamos a cidade lócus de realização da parte empírica dessa pesquisa.

A CRIAÇÃO DA “NOVA” JAGUARIBARA

O lócus da realização da etapa empírica da pesquisa é uma cidade do interior do Ceará – Jaguaribara –, escolhida em função da relevância que ocupa no contexto desse estado por ter sido a primeira cidade planejada. Isso se deu em função do projeto de construção da barragem que deslocou compulsoriamente uma cidade inteira e reassentou toda a população em um novo espaço, especialmente construído para abrigar os moradores deslocados. O açude do Castanhão foi construído com a promessa de abastecer a população da capital, Fortaleza, e o Complexo Industrial Portuário do Pecém, além de promover a irrigação de 43 mil hectares de terras produtivas nos chamados perímetros irrigados do Ceará.

O município de Jaguaribara está incluído na micro-região do médio Jaguaribe, centro-sul do estado e a cidade dista 283 km de Fortaleza, sendo acessada pela BR 116 e pela CE 262. Sua população é de 11.359 habitantes (IBGE, 2018). Etimologicamente, Jaguaribara significa Moradores do Rio das Onças. Em 1985 chegaram à Jaguaribara as primeiras notícias acerca da construção da barragem do Castanhão (BRAZ,2005). A grande obra, maior reservatório hídrico do Brasil destinado à irrigação e abastecimento humano, deixou sob suas águas 2/3

(dois terços) da “velha” Jaguaribara, inclusive a antiga sede do município. O sertão é caracterizado por um clima quente e seco, marcado pela irregularidade das precipitações pluviométricas, sendo que tais atributos ainda dificultam o desenvolvimento da agricultura e da pecuária no local.

Os recursos hídricos amenizavam os problemas dos efeitos do clima, garantindo água e terra fértil em suas vazantes. Compunham os mananciais, principalmente, o rio Jaguaribe e pequenos açudes que ajudavam na manutenção da subsistência no território jaguaribarense. As águas do rio Jaguaribe passavam dentro do município, inclusive na zona urbana e sua existência foi preponderante para a ocupação daquele espaço (IBGE, 2018).

A construção da barragem do Castanhão vislumbrou superar a vulnerabilidade das atividades sociais e econômicas quanto à incerteza de disponibilidade de água e induzir o uso eficiente desse recurso como bem econômico escasso. A construção deslocou compulsoriamente uma população de 2.268 famílias no meio rural. Dessas famílias, 1.515 foram consideradas reassentáveis, uma vez que não tinham condições de se restabelecer por sua própria conta, por serem simples moradores ou porque, sendo proprietários, receberam uma indenização que não lhes permitia se restabelecer dignamente (CEARÁ, 2004).

Porém, por trás desse dado, existe a história de resistência de um povo que, por meio da organização, procurou defender seus direitos, o seu espaço, as suas origens e os bens culturais herdados de seus antepassados. Na história da velha Jaguaribara consta que o município foi alagado por duas vezes: uma decorrente do arrombamento do açude de Orós em 1960 e a outra pela construção da barragem do Castanhão. O processo de deslocamento compulsório dos moradores da cidade de Jaguaribara gerou uma divisão nas suas concepções a respeito da mudança. As compreensões eram diversificadas: desejo de mudar para a nova cidade; resistência total à mudança expressa em reações de desespero e lágrimas e conformação, por acreditarem não poder ir contra a determinação governamental (BRAZ, 2005).

Durante todo o processo da implantação da barragem, a população se manifestou e se fez presente, e a partir disso se fundou uma Associação de Moradores¹ e as comissões como o Grupo de Trabalho Multi-Participativo para acompanhamento das obras e, principalmente, a relocação da cidade no novo espaço, além do reassentamento da população rural da área a ser inundada e da área atingida pelas obras civis, o que implicou no deslocamento de cerca de 8.000 pessoas residentes nos municípios de Jaguaribara, Jaguaretama, Alto Santo e Jaguaribe.

De outra parte, pelo lado estatal, por assim dizer, houve um esforço de trabalho para urbanizar o novo espaço, que antes era mata nativa. Iniciado o processo de transferência para a nova sede, o espaço que antes abrigou sonhos, desafios e conquistas foi desocupado pela população e virou pó, com a demolição da antiga cidade. A estrutura física, hoje escombros, desapareceu sob as águas do Castanhão (IBGE, 2018).

Enquanto isso, a nova sede ganhou o aspecto de cidade, com seus equipamentos projetados, acolhendo o povo para a qual estava destinada. Inaugurada em 25 de setembro de 2001 (PEROTE, 2012), a nova cidade trilhou os novos rumos de sua história em outro espaço físico. Neste caminho que se refaz, Jaguaribara é uma referência histórica que ultrapassa fronteiras, sendo que o povo reescreve sua história, cultivando no coração a esperança de dias melhores. A cidade nova, então, recebeu os habitantes da velha Jaguaribara. Uma nova cidade surgiu no sertão semiárido cearense com a proposta de assegurar melhor qualidade de vida para seus habitantes.

A transferência dos moradores para Nova Jaguaribara teve início em julho de 2001. O novo espaço deu seus primeiros passos com equipamentos públicos projetados e contando com réplicas do antigo, sendo elas: a igreja matriz e ainda a igreja do Poço Comprido, antigo distrito do município. Após a transferência dos moradores, as edificações foram todas destruídas por tratores. As imagens deste momento foram registradas no vídeo “Jaguaribara, pelos caminhos da memória”, produzido pelo Instituto de Memória do Povo Cearense – IMOPEC (2001).

Com a destruição de todos os imóveis e o subsequente alagamento do território, Jaguaribara deixou de existir fisicamente, inclusive no mapa do Ceará, que passou pelas devidas alterações. O município, entretanto, permanece na memória de muitos jaguaribarenses até hoje, quase duas décadas após a mudança. Em 2002, a nova cidade, distante 55 km da antiga sede, foi inaugurada pelo Governo do Estado. “Nova” Jaguaribara possui área territorial de 595,60 km² e passou a ter como limites o município de Morada Nova, ao norte; os municípios de Alto Santo e Iracema, a leste; o município de Jaguaribe, ao sul e o município de Jaguaretama, a oeste.

A história de Jaguaribara é similar a outras que envolvem a execução de grandes projetos econômicos para a construção de barragens e hidrelétricas e tem em comum a necessidade de deslocar grandes massas populacionais de seus lugares de origem para outros espaços (BRAZ, 2005). A mudança espacial do referido município trouxe consigo diversas alterações, como mudanças nos trajetos diários, nas moradias, na vizinhança, nos saberes e no saber-fazer que os moradores detinham anteriormente, o que necessitou de reformulações para a convivência com o novo espaço.

Os principais símbolos da cidade antiga foram replicados, como a câmara de vereadores, o fórum, a casa do cidadão, as concessionárias de serviços públicos, a rodoviária e as associações comunitárias. Considerando a importância da igreja matriz como símbolo coletivo da memória local, o projeto da nova cidade plotou essa construção em lugar de destaque no núcleo central, sendo construída com as mesmas linhas arquitetônicas da igreja da cidade antiga, porém de forma ampliada, conforme solicitação expressa da população.

A questão do deslocamento compulsório desse povo foi caracterizada por um processo que teve etapas bem distintas: ameaça, resistência, insegurança, a chegada à nova terra e a (não) aceitação da nova dinâmica espacial (PEROTE, 2012). Por ameaça entendemos o momento em que os moradores se sentiram amedrontados com as notícias de mudança de espaço; por resistência entendemos todas as ações e participações da população contra a mudança; por insegurança, os questionamentos sobre a nova moradia e se as promessas de equipamentos públicos seriam cumpridas. Pela chegada à nova terra entendemos o momento

da mudança para o novo espaço e, por fim, a aceitação das novas práticas dentro do novo espaço.

Para a construção desse cenário, participaram os atores sociais que se colocaram na posição de defensores na cidade, dispostos a impedir sua realocação, porém sem sucesso. Assim, os sujeitos desta pesquisa foram os próprios moradores na nova cidade. Procuramos pessoas-fonte, informantes-chave, como os moradores mais antigos que puderam participar de todo o processo de reconstrução da cidade e as lideranças comunitárias e políticas, em busca de escutar mais de um lado da história.

Nessa perspectiva, é relevante observar nas dinâmicas sociais “se as instâncias do passado, do presente e do futuro são demarcadas. Tal demarcação não significa de forma alguma que se trate de momentos nítidos e bem separados, mas que se podem encontrar, na continuidade ou na reação, pistas que indiquem como e por que o simbólico se apresenta desta ou daquela maneira nesse contexto específico” (SARAIVA; CARRIERI, 2012, p. 551). Esse processo é profundo e procuramos empreender a pesquisa com base no método discutido a seguir.

MÉTODO DE TRABALHO

Para a realização deste trabalho foi adotada uma estratégia qualitativa de pesquisa, mais adequada à natureza dos fenômenos em estudo, na qual compartilhamos os pontos de vista de Mac-Allister (2004; 2001), Fischer (1996; 1997) e Fischer et al. (1996) sobre a possibilidade de adoção da cidade como objeto de estudo nos EOs. Tomamos, portanto, uma organização-cidade (MAC-ALLISTER, 2001) como o caso a ser estudado, o que tende a ser mais completo metodologicamente (EISENHARDT, 1989; STOECKER, 1991), já que o objeto contém um caso a ser observado, o que aumenta a confiabilidade dos dados, a validade da análise e as possibilidades de explicação do fenômeno.

Inicialmente, realizamos um levantamento bibliográfico para fundamentar a discussão teórica e ter subsídios para elaborar o roteiro de entrevistas. Sequencialmente, de acordo

com o que ensinam Boni e Quaresma (2005), efetuamos uma pesquisa empírica por meio da qual visitamos o local que ocorreu o fenômeno, buscando elementos para explicá-lo; e, num terceiro estágio, estabelecemos contatos com pessoas que puderam fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis.

A fim de operacionalizar a pesquisa empírica, estivemos em campo durante cinco visitas, ocorridas entre dezembro de 2016 a agosto de 2017, com duração de sete a quinze dias por visita, retornando para mais algumas visitas esporádicas no mês de setembro de 2017 na intenção de acompanhar certos moradores nos seus deslocamentos pela cidade. No total, a inserção neste espaço durou 45 dias distribuídos nesse quase um ano de coleta de dados empíricos e as visitas foram registradas em anotações de campo, gravador e registros fotográficos.

De uma cidade histórica e construída ao longo de algumas décadas, os moradores foram deslocados para uma cidade recém-edificada, em consequência da submersão da cidade antiga. A mudança vivenciada por estas pessoas tem diversas nuances: a mudança física em relação ao espaço geográfico e à estrutura da cidade e a mudança no modo de vida ligada à vizinhança, aos trajetos diários, ao lazer e ao trabalho. Com o intuito de esclarecer sobre os pontos mencionados, empreendemos a pesquisa empírica utilizando os instrumentos de coleta de dados como roteiros de entrevistas, a observação não participante e a pesquisa documental. Utilizamos a modalidade de entrevista face a face, na qual entrevistador e entrevistado se encontram diante um do outro e, no que diz respeito à estrutura, fizemos uso da modalidade semiestruturada, na qual “o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 8).

Mesmo seguindo um roteiro norteador foi possível, quando conveniente, realizar perguntas adicionais para esclarecer pontos que não tinham ficado claros ou auxiliar no redirecionamento da entrevista, caso o entrevistado “fugisse” do tema proposto (BONI; QUARESMA, 2005). As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados, por meio da assinatura de termos de consentimento para a realização das entrevistas, e foram

transcritas na íntegra. Quanto à escolha dos entrevistados na cidade, quando se fala de pesquisa qualitativa, não há um método para essa seleção (GASKELL, 2002). Na pesquisa em questão utilizamos a estratégia de realizar as entrevistas com pessoas diversificadas, para ampliar as possibilidades de obtenção de dados diversos e tentar ouvir mais de uma versão da história.

Em relação à quantidade de entrevistas realizadas, adotamos o critério da saturação teórica de Glaser e Strauss (1967 apud GODOI; MATTOS, 2010), ou seja, à medida que se verificavam similaridades nas informações e redundância das repostas obtidas pelas entrevistas, encerrávamos as entrevistas para ter uma segurança empírica de que não mais emergiria do campo dados adicionais que contribuíssem para o estudo científico.

Como uma das dificuldades em campo foi explicar aos participantes a necessidade de gravar as entrevistas, e tendo a preocupação de esclarecer que não haveria nenhum tipo de descrição que pudesse identificar os residentes, optamos por nomear por “entrevistado nº “x” as pessoas que colaboraram em realizar as entrevistas. Dessa forma, foi possível realizar diversos questionamentos durante as observações que auxiliaram na compreensão.

Obtivemos 18 entrevistas totalizando 11 horas e 8 minutos de gravações. Julgamos pertinente fazer uso de outro instrumento de coleta de dados, a observação não participante, quando o pesquisador atua apenas como espectador atento, pois é nesta modalidade de observação que o pesquisador tem acesso ao campo empírico e aos participantes da pesquisa. As observações foram registradas em anotações feitas em caderno, pois as anotações também trazem dados relevantes para a investigação, sobretudo nas análises das informações levantadas, bem como facilita a triangulação das informações com o intuito de verificar se as respostas das entrevistas serão confirmadas na observação do dia a dia e vice-versa, com a finalidade de garantir a fidelidade observacional (SANTOS, 1994).

Baseada principalmente na perspectiva da análise de conteúdo (AC) desenvolvida por Bardin (2016) existem três fases relevantes que compõem a técnica: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Os dados das observações não participantes,

anotações de campo e entrevistas foram tratados e interpretados por meio dessa técnica a fim de identificar as práticas organizativas relativa ao espaço, construída e reconstruída pelos moradores da cidade.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao analisar os dados de campo, fizemos uma leitura da cidade de “nova” Jaguaribara como uma cidade que vai além dos muros, ruas, casas e concreto; a consideramos uma organização-cidade, conceito que permite um olhar organizacional da dinâmica urbana, possibilitando a observação da vida social organizada (SARAIVA; CARRIERI, 2012). Analisamos “nova” Jaguaribara com o olhar de uma organização-cidade dividida em espaços diversos, com diferentes maneiras de simbolismos e interações sociais. Nesse percurso foram se desenhando o perfil da organização-cidade deslocada, entrelaçada nas práticas organizativas.

Os espaços dessa organização-cidade convertem-se em espaços simbólicos, nos quais são perceptíveis as práticas organizativas ocorridas no local. Aproximamos o olhar à realidade dos entrevistados, que são peça chave neste empreendimento. Ressaltamos que é necessário levar em consideração o aspecto temporal, isto é, no momento da realização da pesquisa e das entrevistas já tinham se passado 16 anos desde o deslocamento compulsório. Muitos aspectos do cotidiano dos moradores mudaram em todos esses anos e as práticas da cidade podem ser diferentes daquelas praticadas no primeiro momento da mudança.

Os moradores sofreram a mudança de uma cultura ligada à agricultura, à pesca, à lavagem de roupas no rio para uma “cultura urbana”, que pressupõe a criação, a aceitação por parte das pessoas de um novo modo de vida, implicando, simultaneamente, o abandono de estratégias de sobrevivência praticadas no espaço anterior. Na compreensão de Chauí (1986, p. 38 apud Kowarick, 1988), “a população migrante está submetida a inúmeras perdas, espoliada não apenas fisicamente e em sua força de trabalho, mas também em suas capacidades cognitivas”. Assim, de forma ampla, os submetidos aos deslocamentos

compulsórios são forçados a aprender outras formas de convivência e sobrevivência no novo espaço. A situação estabelece uma relação teórico-empírica com a prática organizativa de ressignificar, uma vez que os moradores tiveram que reinterpretar a urbe na suas novas perspectivas impostas, pois a situação pressupõe “novas formas de pensar e agir sobre a cidade” (VIEGAS, SARAIVA, 2015, p.77).

O deslocamento dessa cidade para um novo espaço foi uma condição imposta, uma vez que não houve escolha por parte da população, que foi deslocada para um novo espaço devido ao alagamento que a barragem do Castanhão2 causou ao local em que moravam anteriormente. Isso pode ser comprovado pelos depoimentos dos entrevistados, que relataram coisas como, por exemplo, “foi o lugar que a prefeitura, o governo deu pra gente. Não tinha o que fazer. Era aquilo ali e pronto”; “minha filha, não tivemos escolha, ou ia ou morria afogado”; “essa decisão foi empurrada goela a baixo nos moradores”; “não queríamos mudar, mas depois de muita conversa fiada tivemos que sair do nosso pedaço de chão”; “não queria mudar, estou em Jaguaribara à força”. Nos relatos, é possível identificar a prática organizativa de planejar e controlar. O poder público definiu o futuro da cidade (SANCHEZ, 2001) por meio da prática de planejar, não considerando a vontade dos habitantes da cidade e pôs em prática por meio da prática de controlar e das “relações de poder, da divisão da sociedade em classes, dos conflitos entre grupos dominantes e dominados, dos movimentos sociais” (VIEGAS, SARAIVA, 2015).

A nova cidade é uma cidade planejada, geometricamente traçada e medida. A existência da cidade sem a ocupação de pessoas a torna parada, desabitada e sem vida. Porém era necessária a mudança e a apropriação por parte dos moradores do novo espaço. Para isso, aconteceu uma dinâmica de (re)organização no novo espaço. Essa (re)organização pode ser entendida como um processo de adaptação em que os moradores foram se acostumando, embora, até hoje permaneça nas suas falas o desejo de viver na antiga cidade. Ainda há divergência entre os espaços e a preferência pela velha cidade por parte de alguns, como também preferência pela nova por parte de outros moradores. A ideia de que quem faz o

lugar é a gente, o povo, implica a concepção de que lugares são meios onde se estabelecem experiências, significados e simbolismos humanos (IPIRANGA, 2010).

Percebemos na análise de conteúdo que a questão temporal continuava presente, pois as mudanças ocorridas foram sempre referidas e comparadas por alguns habitantes com aquelas desenvolvidas no antigo espaço. Para a organização da análise utilizamos as definições de práticas organizativas, anteriormente expostas no marco teórico, ocorridas no caso estudado. A seguir expomos os resultados separados pelas categorias das práticas organizativas.

PRÁTICAS ORGANIZATIVAS DE PLANEJAR, ORGANIZAR E CONTROLAR

A cidade planejada foi projetada com casas padronizadas, ruas e calçadas geometricamente definidas dentro de uma lógica urbana “moderna”. A cidade foi concebida com saneamento básico; as casas foram construídas com recuos laterais, frontais e nos fundos, possibilitando melhor circulação de ar e iluminação natural; são dotadas de instalações elétricas, telefônicas, hidráulicas e sanitárias (BRAZ, 2005). É evidente a disparidade de tamanho de uma cidade para outra. A nova foi construída para uma expectativa de uma população de 65.000 mil habitantes. No entanto, a expectativa não se materializou. Uma área muito grande para uma quantidade pequena de habitantes, o que proporciona sensação de se estar andando em uma cidade “fantasma”. Por diversas vezes que estivemos na cidade, a sensação foi de vazio devido à desproporção entre o tamanho da nova cidade concebida em relação à população atual.

O espaço é cortado por uma larga avenida. Além da igreja e do mercado municipal, a prefeitura, a câmara municipal, um centro comercial e de serviços compõem a “Nova Jaguaribara”, cerca de dez vezes maior que a área da antiga praça. Neste novo espaço, a igreja de Santa Rosa de Lima é o coroamento das perspectivas geradas pelas principais vias. As novas proporções foram justificadas pela expectativa de que Jaguaribara, devidamente equipada, pudesse se tornar um centro regional.

A distribuição e (re)organização espacial dos moradores no novo espaço se deu por meio da ocupação dos imóveis construídos, que variam de tamanho e modelo, baseados nas casas da antiga cidade. Os antigos imóveis com área construída de até 50,00m² foram permutados por imóveis de mesma metragem; imóveis com área construída entre 50,01m² e 75,00m² foram permutados por imóveis de 75,00m²; imóveis com área construída entre 75,01m² e 100,00m² tiveram direito à permuta por um imóvel de 100,00m²; imóveis com área construída entre 100,01m² e 125,00 m² foram permutados por imóveis de 125,00 m², imóveis com área construída acima de 125,01m² foram permutados por imóveis de 150,00m². Aos proprietários dessa categoria que possuíam imóveis com área superior a 150m² foi garantida a indenização pela área excedente (BRAZ,2005).

Na nova cidade, as áreas de moradia foram organizadas a partir da igreja matriz Santa Rosa de Lima, marco central da cidade e, ao lado da igreja, foi construído o centro administrativo, sendo que a partir daí foi sendo organizada a vizinhança. A organização e a distribuição espacial desses equipamentos considerou os pedidos de pessoas que queriam fazer algum tipo de deslocamento da residência em relação à morada anterior. Os pedidos foram feitos para que pudessem ficar vizinhos aos filhos e outros familiares e amigos mais próximos.

As casas então entregues eram padronizadas com modelo similares, variando apenas de tamanho. Entretanto, verificamos que os moradores foram modificando as residências, dando-lhes características peculiares de acordo com o gosto e o poder aquisitivo de cada família. Em outros locais da cidade, encontram-se dispostos um hospital, um posto de saúde, um centro comercial, algumas lojas, uma escola de ensino fundamental e um liceu, o terminal rodoviário, a casa do cidadão, os correios, uma agência do Banco do Brasil, a chamada ilha digital, o sindicato dos trabalhadores rurais etc. Devido à insegurança, assaltos e roubos constantes, a agência do Banco do Brasil foi desativada, o que dificulta o acesso dos moradores a serviços bancários, pois eles têm de se deslocar a cidades próximas para ter acesso a este serviço.

Do outro lado da avenida ficaram as outras residências, que no espaço anterior representavam as casas alugadas ou cedidas, localizadas anteriormente no bairro Multirão. São casas pequenas e conjugadas. Apesar do planejamento da mudança e da entrega oficial das chaves, muitos moradores ficaram sem casa. Para solucionar essa situação, foi construído um local denominado Habitar Brasil, formado por casas mais simples, destinado a essa parcela dos moradores. Ainda nesse espaço, foi edificado o bairro do Poço Comprido, mesmo nome de um distrito da velha Jaguaribara (BRAZ, 2005).

É perceptível a divisão espacial que evidencia as diferenciações entre as classes sociais na cidade. A avenida separa duas regiões bastante distintas. Uma com casas maiores próximas à prefeitura e outros serviços, à igreja matriz e ao mercado. Na outra região, casas menores destinadas a moradores que não tinham casa na cidade antiga. Raicheles (2006) menciona que a polarização entre ricos e pobres não constitui nenhuma novidade, e na cidade planejada não seria diferente. Também é possível perceber essa divisão durante as caminhadas pela cidade. Podemos notar que as casas reformadas com fachadas “bonitas” e mais confortáveis estão ao redor da igreja matriz e adjacências. Na nova cidade as reformas das casas são associadas ao status das famílias. Moradores consideram que aqueles que promovem reformulações possuem uma boa situação financeira. Em meio a uma miscelânea de alterações ocorridas nesses 16 anos, ainda existem casas que permanecem do modelo original. A reforma das casas aparece como símbolo de distinção no novo espaço, fazendo com que seja perceptível que aqueles que ainda não reformularam seus imóveis são destituídos de poder aquisitivo.

A partir do momento que nos afastamos dessa região, percebemos casas menores e sem reformas ou benfeitorias. Esse fato reforça a afirmação de um estudo urbano feito por Ferrara (1999, p.241) em que “é comum apontar a divisão da cidade em duas porções dominadas, respectivamente, pelas camadas de alta e baixa renda como tradução, na cidade, da luta de classes criada pelo sistema capitalista”. O fato ficou claro no novo espaço com a divisão da cidade através da avenida principal, com um lado de casas maiores e, do outro, casas menores.

No que diz respeito aos aspectos habitacionais, alguns já se sentem ambientados na nova cidade, enquanto outros continuam nostálgicos, lembrando-se das suas antigas moradias, vizinhanças e do banho de rio, o lazer preferido. Mesmo com o planejamento da cidade e com a padronização das casas para disciplinar o uso do espaço, a população tende a alterar essas normas, contrariando, assim, as regras anteriormente estabelecidas

Aqui, é possível estabelecer uma relação teórico-empírica com a prática de planejar, na qual o poder público é protagonista e direciona o futuro da cidade (SANCHEZ, 2001; VIEGAS, SARAIVA, 2015). Esse futuro foi decidido no momento em que o governo da época optou por deslocar a população para dar lugar a uma barragem. A nova cidade foi planejada de acordo com os direcionamentos do poder público. Ao planejar a cidade, as práticas de organizar e controlar estão presentes, uma vez que o poder público se utiliza do planejamento da cidade para ordenar e estruturar o espaço urbano, além de controlar o espaço quando o divide considerando questões econômicas e sociais.

PRÁTICAS ORGANIZATIVAS DE REPRESENTAR E RECUPERAR

Outro espaço na nova cidade foi a Casa da Memória. Trata-se de um equipamento importante para a rememoração da cidade anterior, auxiliando no processo de manutenção da identidade dos moradores, fortalecendo, assim, a memória coletiva. A casa serve como local de aprendizagem dessa história e é utilizada para a transmissão de saberes importantes para a compreensão dos mais jovens, como também para informar visitantes sobre a história da antiga Jaguaribara. De acordo com Morigi (2012), a memória é uma construção social produzida pelos homens a partir de suas relações, de seus valores e de suas experiências vividas. Ela sofre transformações à medida que o tempo passa, assim, podemos dizer que a memória não é apenas um registro histórico dos fatos, mas uma combinação de construções sociais passadas, com fatores significantes da vida social do presente, sendo permanentemente reconstruída.

A memória é essencial para a continuidade das práticas dos grupos sociais (MORIGI, 2012), por isso, a Casa da Memória serve de instrumento para que os moradores relembrem suas vidas na cidade anterior. Acerca da memória, utilizamos falas de alguns entrevistados sobre a relevância da existência desse equipamento: “consigo lembrar no meu passado, da cidade anterior; as pessoas mais velhas estão morrendo e com elas as histórias vão embora – tendo a casa da memória, a história fica ali para os moradores mais novos conhecerem”. Ou, “lá, posso conhecer a história da cidade e dos antepassados, pois quando me mudei eu era pequena”. Ou ainda, “a Casa da Memória significa muita coisa para mim, pois lá está toda a história e as lembranças dos jaguaribarenses”.

A Casa da Memória é uma espécie de museu com acervo montado por meio da doação de objetos da história da população. Esse material é uma parte significativa das memórias trazidas para a nova terra, para que a história continue viva para os moradores e para os visitantes da cidade. A Casa da Memória é um mecanismo da prática de representar e sua inserção no novo espaço sugere produção diferentes de significados e preservação da memória da cidade.

Os principais símbolos da cidade antiga foram replicados para a nova, como a Igreja Matriz, e aqui está inserida a prática de recuperar, na qual busca restaurar aspectos materiais para readequar a urbe. A ferramenta da reestruturação urbana por meio de réplicas dos principais símbolos da antiga cidade buscou preservar as memórias e sugeriu novos usos e significados para espaços e lugares da cidade (SANCHEZ, 2001).

Um fato que chamou atenção em relação ao cotidiano da nova cidade foi a dinâmica que se estabelece no entorno da praça da igreja matriz. Um de nós estava hospedado em uma casa em frente à igreja matriz e aos fins de semana, à noite, sempre observava a praça vazia. O que não é comum no cotidiano de cidades do interior, onde aos finais de semana a praça matriz geralmente está cheia de gente. Foi perguntado a um vizinho por que, aos finais de semana, a praça ficava vazia. Eis a resposta obtida: “depois da mudança, nossa vida se alterou muito; antes essa praça era lotada, tanto sábado como domingo – muito do que fazíamos antes, já não fazemos mais”. Sua esposa estava ao lado e complementou: “tudo mudou, antes

eu ia resolver muita coisa, tinha meu dia cheio, hoje eu só saio mesmo quando precisa; prefiro ficar dentro de casa”. Os trechos evidenciam que mesmo com a utilização da prática de recuperar o espaço, por meio do mecanismo da réplica do principal símbolo da cidade, ele não teve o mesmo significado, uma vez que esse espaço na cidade “velha” significava espaço de encontros e convivência aos finais de semana, sendo que o “novo” espaço, mesmo tendo as mesmas características estruturais do antigo, passou a ter um outro significado e um outro uso.

PRÁTICAS ORGANIZATIVAS DE RESISTIR E RESSIGNIFICAR

Outra questão a ser re(organizada) no novo espaço foi a questão do trabalho. Com a mudança de espaço, muitos moradores, em especial as lavadeiras, os agricultores e os pescadores, tiveram seus modos de vida alterados (principalmente, em relação ao trabalho que desenvolviam anteriormente) e sentiram um impacto nas atividades que garantiam seu sustento. Muitas famílias criavam animais, tinham uma pequena plantação no quintal de casa e tiravam seu sustento dessas atividades. Uma classe emblemática de trabalhadoras, que foi impactada com a mudança foram as lavadeiras. No antigo espaço, 20 mulheres trabalhavam lavando roupa no rio e dali tiravam o sustento de suas famílias. O rio era símbolo de trabalho e geração de renda para essas mulheres, tanto que existia uma lavanderia pública na cidade antiga e as lavadeiras não usavam.

Com a mudança para o novo espaço, o trabalho dessas mulheres foi inviabilizado em virtude da distância para o local de lavagem de roupas. Agora, se percorre seis quilômetros para chegar ao rio. As condições de trabalho das lavadeiras foram bruscamente modificadas com a mudança para o novo espaço. Aquelas que ainda persistem na atividade tiveram que reorganizar sua dinâmica de trabalho tendo que se utilizar de algum meio de transporte para chegar ao açude, além da necessidade de permanência no local de trabalho durante o dia todo. Muitas tentaram continuar lavando roupas em suas casas, mas o preço da água encanada impossibilitou a atividade.

A falta de emprego e renda ainda é motivo de tristeza e lamentação por parte de muitos moradores, que fazem uma analogia entre as práticas no novo e no antigo espaço; “lá, eu não tinha preocupação como eu tenho aqui; eu tinha porco, galinha, tirava leite, sempre tinha o que comer”. A entrevistada falou: “olha aqui minha casa:” (nesse momento a moradora convidou um de nós para conhecer as dependências da sua residência) “...você acha que aqui dá pra criar algum bicho?”(referindo-se ao diminuto espaço onde foi alocada). No espaço antigo eles tinham alternativas para sobreviver e no novo espaço isso não é possível, o que mudou a dinâmica da vida das pessoas que tinham animais, pequenas plantações e tanto se ocupavam como viviam disso. Além disso, muitos aspectos deixaram a desejar, com projetos até hoje inacabados.

O rio, além de símbolo de lazer e polo de interação social, também era percebido como símbolo de trabalho e renda. Muitas lavadeiras, agricultores e criadores utilizavam as águas para gerar renda para suas famílias. O relato de um entrevistado evidencia este ponto: “na cidade velha tinha uma vida boa. Tinha plantação de feijão, pegava peixe, tinha galinha porque tinha a água do rio. Eu tirava meu sustento da água do açude. Ainda me pego pensando que um dia vou voltar a morar lá. Porque aqui eu não tenho nada e nem posso plantar”.

Outro ponto recorrente da análise de conteúdo foi a dificuldade de trabalho e sobrevivência no novo espaço. Muitos relatos evidenciam que embora tenham recebido casa e indenizações, somente ter um local de morada não garantia a sobrevivência das famílias no novo espaço, pois as mudanças espaciais geraram desemprego e, conseqüentemente, queda na renda das famílias uma vez que o rio e as plantações eram sinônimos de emprego e renda para os jaguaribarenses. Os relatos refletem a percepção desse ponto, pois os entrevistados relatam que possuem uma casa, porém não tem como sustentar a família, já que trabalham em atividades ligadas ao rio.

Com a mudança nas práticas organizativas da cidade, as atividades que proporcionavam emprego e renda foram descontinuadas, algo que, até hoje, compromete a sobrevivência no espaço. Relatos mostram que tiveram promessas de geração de emprego e

renda para a região, mas tudo não passou de discursos vazios, como mostra o a seguinte fala: “na época prometeram indústria, empresa, mas que empresa vem pra cá? Nenhuma! Tem uns equipamentos aqui de um projeto que uma fábrica grande forneceu na intenção de gerar trabalho, mas está tudo enferrujado lá no local; foi só promessa mesmo”. As dificuldades encontradas no início da mudança permanecem até hoje.

Nos trechos acima, é notória a presença da prática de resistir, pois reflete a negação de outras práticas organizativas diferentes das que os moradores estavam acostumados no dia a dia da antiga cidade. Eles defendem a lógica anterior, e como destacam Britto e Jacques (2009), o aspecto crítico da configuração da cidade é o empobrecimento da experiência urbana de seus moradores, fato que ocorreu na cidade nova. Os moradores tiveram a sua experiência em relação aos espaços anteriores, como por exemplo, o rio, reduzindo a sua experiência com este espaço.

Outro ponto que merece destaque foram as percepções dos moradores em relação à mudança nos hábitos e costumes. Um dos aspectos mais relatados foi em relação ao rio. O rio era símbolo de trabalho, lazer e sociabilidade, como confirma o relato: “gostava de lá por conta do rio. Eram apenas dois quilômetros de caminhada para o rio e nadávamos, nos divertíamos, as lavadeiras trabalhavam. Perder isso foi muito ruim... Foi ruim perder o rio”. Outro mencionou que “domingo era o dia de lazer no rio. Era um costume que tínhamos de todo domingo caminhar até o rio e tomar banho. Era como se fosse nossa praia”.

Diante disso, fica evidente que a mudança para o novo espaço significou a perda da sociabilidade em torno do rio, bem como alterou completamente a dinâmica de trabalho dessas pessoas. Os relatos sobre a representação do rio na vida dos moradores reforça a teoria da construção do espaço urbano através do social e do histórico pelos atores sociais a partir de suas emoções e representações, pois a cidade é um meio que favorece a interação e a sociabilidade motivadas pelas emoções de seus habitantes. A concepção da produção social do espaço urbano como uma construção simbólica implica em diferentes formas de apropriação, sentidos de pertencimento e diferentes representações.

Outra percepção frequente nas falas dos entrevistados é em relação às distâncias dentro da cidade. Essas distâncias restringem a sociabilidade, principalmente para os moradores mais velhos. Uma entrevistada disse que “...eu ia à minha missa todo domingo na igreja, agora não posso mais, pois estou velha e as pernas não aguentam mais andar até lá; ficou muito longe”. Já outro relatou que “tudo o que eu fazia a pé, antes, aqui não consigo fazer mais nada... Preciso de transporte para tudo”. E ainda: “...minha filha, eu só saio de casa no dia da minha aposentadoria para receber e pagar o que devo e pronto; não dá pra fazer muita coisa a pé”.

Outra percepção do novo espaço foi em relação ao costume que existia na antiga cidade de no final do dia os moradores sentarem nas calçadas para conversar com a vizinhança. Esse costume, muito presente nas cidades do interior, está praticamente desaparecendo na nova cidade. O velho hábito de sentar à calçada foi abandonado em função da estrutura espacial da nova cidade. Tanto pela questão da segurança, relatada anteriormente, como por conta da distribuição da vizinhança. As calçadas tinham um papel de socialização e de interações sociais entre os vizinhos. É bastante comum, em depoimentos de moradores de bairros que passaram por processos de rápida transformação, principalmente nas grandes cidades, a evocação nostálgica de um tempo em que era costume colocar cadeiras na calçada em frente da casa para apreciar o movimento da rua do fim de tarde (MAGNANI, 1998).

Na antiga cidade, os vizinhos colocavam as cadeiras nas calçadas no final da tarde e prosseguiam em longas rodas de conversa até à noite. Hoje, esta prática está quase extinta por conta da questão da segurança e da distribuição espacial dos vizinhos. Associado com o modo de vida de cidade do interior, tal comportamento parece cada vez mais incompatível com as atuais condições de existência nas metrópoles contemporâneas (MAGNANI, 1998). Com a redução desse hábito, considerado como uma forma de socialização, os moradores acabaram por se isolar nas suas casas. No entanto, ressaltamos que essa prática ainda ocorre, porém restrita apenas a alguns espaços, nos bairros de casas conjugadas, que facilitam a

interação entre os vizinhos. Na parte central da cidade, local de residências maiores, a atmosfera é de isolamento.

Uma das percepções mais relatadas nas falas em relação ao novo espaço, mesmo 16 anos após a mudança, foi no que diz respeito à vizinhança, conforme evidenciam os relatos a seguir: “Até hoje, tanto tempo depois da mudança, não sei onde moram alguns ex-vizinhos meus”. Outro relatou que: “disseram pra gente na época que iriam respeitar a ordem dos vizinhos, mas não foi isso que aconteceu. Eu não moro do lado dos meus antigos vizinhos. Separaram todo mundo”.

É notório nos relatos as reclamações sobre a mudança na distribuição espacial na nova cidade. Essas modificações na organização espacial influenciam diretamente a sociabilidade estabelecida entre os moradores da antiga cidade. A nova dinâmica organizacional do espaço dificulta as relações sociais desenvolvidas durante anos de convivência na antiga cidade. Outro fator limitante para a socialização foi o afastamento espacial dos imóveis que causou distanciamento nas relações cotidianas dos moradores.

Notamos ainda que as vizinhanças que foram estabelecidas durante a mudança até hoje passam por um processo de (re)adequação, sendo o tempo e a convivência elementos fundamentais para o estabelecimento de novas interações sociais e relacionamentos. Os vizinhos buscam construir novas relações e interações, já que esse costume fazia parte da antiga cidade.

A população, sobretudo os mais idosos, mantém vínculos afetivos com o antigo espaço, que se expressam no cotidiano. O modo de vida foi refeito com esforço, por meio da elaboração de outras formas de convivência com a vizinhança, a manutenção de algum trabalho, ainda que de subsistência, o lazer e os percursos diários. Refazer o cotidiano é algo sobre o qual os moradores se referem nos relatos colhidos e tecem comparações com o modo de vida na antiga cidade. Os moradores acionam a memória e buscam formas sociais do passado para ressignificar as do presente. Como sugere Schilling (1996), no âmbito desta dinâmica não existe uma substituição mecânica dos padrões anteriores, mas uma redefinição

dos incentivos tradicionais mediante o ajustamento dos velhos padrões ao novo contexto social.

Por fim, a prática organizativa ressignificar demonstra-se presente na fala dos entrevistados uma vez que proporciona novos significados baseado na reação dos moradores aos novos espaços. Significados mudaram em relação a hábitos e costumes praticados anteriormente.

Mesmo com o deslocamento compulsório para outro espaço por conta da construção da barragem do Castanhão, em 2013, devido à estiagem, a cidade antiga reapareceu, deixando à tona as ruínas da Velha Jaguaribara. A entrevistada 17 tinha 23 anos quando foi deslocada para a Nova Jaguaribara. Em entrevista, ela relatou o seguinte: “eu queria o futuro que a nova cidade prometia, mas olhar para as ruínas da velha cidade mexeu lá no fundo comigo. Veio à tona a sensação de pertencimento. Eu pertenço a este chão que reapareceu”.

No momento em que foram coletados os dados que dão sustentação empírica a esta pesquisa, o Castanhão estava com aproximadamente 2,3% da capacidade (OPOVO, 2017), o que evidencia o não sucesso do projeto. Foi nesse contexto, marcado por uma miscelânea de sentimentos muitas vezes contraditórios, que a cidade foi realocada para um projeto que surgiu como solução para a seca e seria um bem maior para a população. No entanto, passados 16, é perceptível que o projeto fracassou, pois hoje, com a estiagem é possível ver as ruínas da antiga cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perto de algum entendimento conclusivo, fazemos agora algumas breves considerações acerca dos resultados encontrados. Realidade presente em diversas partes do mundo, os deslocamentos compulsórios para a construção de grandes obras hídricas implicam em consequências espaciais e sociais nos locais de moradia de diversas populações. A transferência dos moradores de Jaguaribara para a “Nova” Jaguaribara está inserida no fenômeno que alterou significativamente os espaços de seus moradores, mas a mudança foi

acentuada pelo fato da cidade ter sido literalmente transplantada do seu local de origem para um espaço planejado, situação que demanda uma nova forma de vida no novo espaço designado.

A forma de pesquisa empreendida privilegiou a fala dos moradores e suas visões sobre a vida cidadina, apontando as alterações ocorridas nas práticas organizativas da cidade. A pesquisa ocorreu 16 anos após a mudança, mas a sensação é que muitas coisas continuam como estavam há anos atrás, logo após a mudança. A mudança causou, além de um reordenamento na localização das moradias dos jaguaribarenses, outras modificações no modo de viver e no cotidiano dessas pessoas. Modificações relativas às mudanças nos trajetos diários, às relações sociais com a vizinhança, às formas de lazer e, principalmente, às formas de trabalho.

Entre os achados da pesquisa, em uma temporalidade distante de quando ocorreu o deslocamento, evidenciam-se as práticas de planejar, controlar, organizar, representar e recuperar a cidade, e mereceram destaque a perda de hábitos e costumes, a perda da história e dos vínculos, das raízes culturais e sociais; o desemprego e a ociosidade, principalmente entre os jovens, o que gera aumento da violência e do consumo de drogas e a conseqüente falta de segurança.

“Nova” Jaguaribara é um espaço construído socialmente. Esse espaço está o tempo todo sendo ressignificado a partir de contínuas e constantes dinâmicas presentes nas práticas organizativas cotidianas dos moradores. Assim, é no espaço vivido que as trajetórias individuais se constroem, desafiando o concebido nas apropriações e usos do cotidiano. Um lugar praticado em suas condições conflituosas, ambíguas e de proximidades, por vezes instáveis, e que, em virtude de toda essa dinâmica, possibilita a produção do espaço da nova cidade.

O deslocamento compulsório transformou as práticas organizativas da cidade em relação à vizinhança, pois as interações sociais estão quase desaparecendo. Estivemos em uma cidade parada, quase sem trânsito de pessoas nas ruas, sem o velho hábito de sentar em

cadeiras nas calçadas. Trata-se, como já mencionamos, de uma mudança em massa para um lugar vazio, sem dinâmica, sem vitalidade. Uma mudança que alterou bruscamente todo o modo de vida da população e a paisagem da cidade a que estavam habituados.

As novas formas de espaço desvelaram-se pela organização da vizinhança. O rio era símbolo de espaço de lazer e trabalho, e a mudança provocou profundas alterações em relação aos modos de trabalho no novo espaço, o que levou os trabalhadores que dependiam do rio ressignificarem suas práticas cotidianas, deixando a profissão ou adequando a nova realidade espacial. Hoje, os habitantes vivem em um espaço planejado, e as práticas organizativas estão permeadas de elementos do tempo passado, que alteram o presente, e novas ressignificações desse novo espaço vão se constituindo para o futuro.

A partir da pesquisa, constatamos que a cidade velha e a nova se confundem e se misturam nas falas dos entrevistados e na própria vida de seus sujeitos, apesar de suas diferentes concepções e vivências de espaço. As mudanças nas interações sociais, citadas ao longo do trabalho, seja na vizinhança, nos meios de sobrevivência, lazer, percursos diários, são referidas pelos moradores sempre fazendo uma analogia com as formas de vida na antiga cidade.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: Ed. UNESP/UFAL, 2010.

ALMEIDA, E. S. Cidade/município saudável – a questão estratégica: o compromisso político. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 71-78, ago./dez. 1997.

BARREIRA, I. A. F. A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 9, p. 314-339, jan./jun. 2003.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. **São Paulo: Edições 70**, 2016..

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan/jul. 2005.

BRAZ, M. M. A. **Nova Jaguaribara: representações sobre o modo de vida urbano.** 2005.108 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2005.

BRETAS, P.F. F.; SARAIVA, L. A. Práticas de Controle e Territorialidades na cidade: Um estudo sobre lavadores e flanelinhas. **GESTÃO. Org: Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 11, n. 2, 2013.

CANCLINI, N. G. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Opinião Pública**, Campinas, v. VIII, n. 1, p. 40-53, maio 2002.

CARRIERI, A. et al. Os espaços simbólicos e a construção de estratégias no Shopping Popular Oiapoque. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167939512008000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CARRIERI, A. P.; MARANHÃO, C. M. S. A.; MURTA, I. B. D. Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1315-1342, nov./dez. 2009.

CEARÁ. Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará. Fortaleza, 2004.

CERTEAU, M de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer** / Michel de Certeau; Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHAUÍ, M. Conformismo e Resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COIMBRA, K. E. R.; SARAIVA, L. A. S. Territorialidade em uma organização-cidade: o movimento Quarteirão do Soul. **Gestão & Regionalidade, [online]**, v. 29, n. 86, mai./ago.2013.

COLARES, A. F. V.; SARAIVA, L. A. S. Representações sociais da cultura em Belo Horizonte, **Gestão & Conexões**, Vitória, v. 5, n. 1, p. 19-37, jan./jun. 2016.

DUARTE, F. Rastros de um rio urbano – cidade comunicada, cidade percebida. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. IX, n. 2, p. 105-122, jul./dez. 2006.

EISENHARDT, K. M. Building Theories from Case Study Research. **The Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

FANTINEL, L. D.; CAVEDON, N. R. A cultura organizacional do restaurante Chale da Praça XV em Porto Alegre: espaços e tempos sendo revelados. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, p. 6-37, 2010.

FERRARA L. Olhar periférico: linguagem, percepção ambiental. 2 ed. São Paulo: Editora da USP, 1999.

FISCHER, T. (Org.). O carnaval baiano: negócios e oportunidades. Brasília: Sebrae, 1996a.

FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e configurações do local. In: FISCHER, T. (Org.). Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: **FGV**, 1996b.

FISCHER, T. (Org.). Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: **FGV**, 1996c.

FISCHER, T. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais Salvador, BA, cidade puzzle. **Revista de Administração Pública**, v. 31, n. 3, p. 74-88, 1997.

FREITAS HONORATO, B. E. ; SILVA SARAIVA L. A. Cidade, População em Situação de Rua e Estudos Organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 36, 2016.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, pp. 64-89.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da (Org.). **Pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo:Saraiva, 2010

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Disponível na internet via <URL: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=230680>> Acesso em 28 de Maio de 2018.

IPIRANGA, A. S. R. A cultura das cidades e seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**. v. 11, n. 1, p. 65-91. São Paulo, jan/fev 2010.

IPIRANGA, A. S. R. Práticas culturais de espaços urbanos e o organizar estético: uma proposta de estudo. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 105-123, maio/ago. 2016.

IVO, A. B. L. Cidade – mídia e arte de rua. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 49, p. 107-122, jan./abr. 2007.

JAYME, J. G.; NEVES, M. A. Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 605-617, set./dez. 2010.

KOURY, M. G. P. Estilos de vida e individualidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 33, p. 41-53, jan./jun. 2010.

LIMENA, M. M. C. Cidades complexas no século XXI: ciência, técnica e arte. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 37-44, jul./set. 2001.

MAC-ALLISTER, M. S. **Organização-cidade: uma contribuição para ampliar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais**. 2001. 205 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

MAC-ALLISTER, M. S. A cidade no campo dos estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade, Salvador**, v. 11, Edição Especial, p. 171-181. 2004.

MAGNANI, J. G. C. Quando o Campo é a Cidade: Fazendo Antropologia na metrópole. in " **Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana**", José G. Magnani e Lilian de L. Torres, orgs., São Paulo, Edusp, 1996.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MAGNANI, J. G. C. Transformações na cultura urbana das grandes metrópoles. AS Moreira, **Sociedade global: cultura e religião**, Petrópolis, Vozes, 1998.

MAGNANI, J. G. C. ; TORRES, L. de L. (Org.). **Na metrópole**. Textos de Antropologia Urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 1996..

MENDES, L.; CAVEDON, N. R. A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 123-140, jan./jun. 2012.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; BÖHM, S. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 45, art. 12, p. 181-193, 2008.

MORIGI, V. J. Memória, representações sociais e cultura imaterial. **Revista Morpheus- Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v. 8, n. 14, 2012..

PEROTE, L.T. R. A seca e a relocação de cidades no nordeste: o caso nova Jaguaribara–CE. **Oculum Ensaio**, n. 4, 2012.

RAICHELIS, R. Gestão pública e a questão social na grande cidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 69, p. 13-48, 2006.

SANCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 16, p. 31-49, jun. 2001.

SANTOS, Elisabeth Cavalcante; DE ALMEIDA, Milene Felix; HELAL, Diogo Henrique. Representações como práticas organizativas da cidade de Caruaru/PE. *Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, v. 3, n. 8, p. 1254-1312, 2017.

SANTOS, M. A observação científica. Porto: **Centro de Psicologia Social da Universidade do Porto**, 1994.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 547-576, mar./abr. 2012.

SCHILLING, Flávia. Um estudo exemplar: os parceiros do Rio Bonito de Antônio Cândido. In: Miranda, Orlando de et al. *Sociabilidades*. **São Paulo: Laboratório de Análises da Sociabilidade Contemporânea- FFLCH-USP**, 1996

STOECKER, R. Evaluating and rethinking the case study. **The Sociological Review**, 1991.

SOUZA, M. Políticas públicas e espaço urbano desigual: favela jardim maravilha (SP). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 267-281, jan. 2009.

TELLES, V. S.; HIRATA, D. V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 173-191, set./dez. 2007.

VELHO, G. **Patrimônio, negociação e conflito**. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, abr. 2006.

VELHO, G. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 6, n. 13, p. 15-29, jun. 2000.

VENTURINI, E. A cidade dos outros. *Fractal*: **Revista de Psicologia**, Niterói, v. 21, n. 2, p. 203-222, maio/ago. 2009.

VIEGAS, G. C. F. S.; SARAIVA, L. A. S. Discursos, Práticas Organizativas e Pichação em Belo Horizonte. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 16, n. 5, p. 68, 2015.

WACQUANT, L. Ressituando a gentrificação: a classe popular, a ciência e o estado na pesquisa urbana recente. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 51-58, jan./abr. 2010.

Submetido em 26/04/2018
Aprovado em 13/06/2019